

A EXPANSÃO DOS CURSOS DE ENFERMAGEM NO BRASIL - 1996 a 2010¹

Sonia Vivian de Jezus²

Suellen Rodrigues de Oliveira Maier³

Resumo Expandido

Introdução: A Educação Superior no Brasil foi se configurando dentro do contexto da lógica de mercado, marcada pelo aumento no número de cursos de graduação, principalmente, na esfera privada, não universitária. A expansão dos cursos de Graduação em Enfermagem no país, no período de 1996 a 2010, obteve taxas de crescimento que superaram outros cursos da área da saúde, ocorrendo de forma desordenada, em resposta às demandas de mercado, com grande penetração do setor privado não universitário. **Objetivo:** Analisar a taxa de crescimento dos cursos de graduação em Enfermagem no Brasil, no período de 1996 a 2006, e sua relação com as políticas de governo. **Descrição Metodológica:** Trata-se de um estudo descritivo, documental, com dados de natureza quantitativa, coletados através do Censo da Educação Superior, portal MEC/INEP, foram necessários para complementar, enriquecer e aprofundar as informações. **Resultados:** Em 1996 existiam no país 111 cursos graduação em Enfermagem no Brasil, representando um total de 1,4% na área, sendo que 59,45% deles eram públicos e 40,54% privados; 73,87% em universidades e 26,12% em não universidades. Analisando sua taxa de crescimento, constatou-se que o setor público foi diminuindo a cada período, registrando, em 2002, valores de 29,4%; em 2006, de 20,4%, valor que se manteve em 2010. No setor privado, essa taxa aumentou a cada período, correspondendo, em 1996, a 40,5%, passando para 70,5% em 2002 e 79,8% em 2010. No período de 2002 a 2006 foi verificado um aumento de 40,7% na taxa de crescimento da oferta de cursos em instituições públicas e nas privadas de 128,3%. No segundo mandato do governo Lula, ocorreu uma estabilidade na taxa de crescimento do setor público (40,7%) e um aumento no privado (128,3%) que, embora menor que nos anos anteriores, permaneceu maior que no setor público. Verificamos que as taxas de crescimento dos cursos de Enfermagem, na categoria administrativa, passaram a ficar bem próximas, pois, o crescimento nas instituições públicas permaneceu com 41,2%, enquanto que nas do setor privado essa taxa foi reduzida para 44%. O que mais nos chama a atenção é com relação à organização acadêmica, na qual constatamos que os cursos de Enfermagem no Brasil, no ano de 1996, eram predominantemente universitários, perfazendo 73,8%. Porém, esse número vem sendo reduzido, passando para 62,5%, em 2002, 50,9%, em 2006, e em 2010 atingiu 41,3%, reflexo das taxas de crescimento dos cursos em instituições não universitárias. É notório que os futuros profissionais que têm

¹ Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado aprovada pela Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

² Enfermeira. Mestre. Professora Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Sinop. E-mail: profsoniavivian@hotmail.com

³ Enfermeira. Mestre. Professora Assistente da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário de Rondonópolis.



EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM: QUALIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE



06 a 08 de agosto de 2014

Maceió - Alagoas

acesso aos cursos de graduação e que almejam sua inserção no mercado de trabalho, não se desenvolvem na tríade do ensino, pesquisa e extensão que, por legislação, é somente garantido na oferta de cursos universitários. Ao analisarmos a oferta de vagas, constatamos que em 1996 havia uma relação de 5,29 candidatos para cada vaga, em 2002, registrou-se a maior taxa de crescimento na oferta de vagas, de aproximadamente 50,37%, onde, a procura pelo curso representava 5.04, já em 2010 esses valores representaram 2,2, e, em 2011, 2,5. Na ocupação de vagas do curso em análise constatamos 51,9% de vagas preenchidas, ou seja, 55.920 vagas ficaram ociosas em 2010, e, no ano de 2011, as ociosas diminuíram para 46.398. Neves e Benitez (2009) associaram as estratégias de marketing, também utilizadas nos cursos de Enfermagem, para atrair a clientes, como facilidade na forma de ingresso, gratuidade da inscrição do vestibular, oferta de descontos no valor do curso, entre outros, que alimentaram a lógica mercadológica de tais instituições, visando lucratividade e inserção de seu alunado no mercado de trabalho. Outro fator a ser considerado é o de que as Faculdades e Centros Universitários ofertaram esses cursos em horário noturno e concentraram a oferta de bolsas do PROUNI. **Conclusão:** No período analisado existem diversos fatores que poderiam estar contribuindo para o aumento do ensino privado, dentre eles podemos destacar a promulgação da Lei nº 9.394/96, Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que veio redesenhar o sistema educacional brasileiro, possibilitando a flexibilização curricular, que facilitou também a abertura de cursos, que eram integrais, no período noturno. Outro fator importante para o aumento dos cursos de Enfermagem no setor privado é a política neoliberal concretizada no governo Fernando Henrique Cardoso, que passou a educação da esfera dos chamados direitos a cidadania para um serviço disponível no mercado. Entretanto, não há como deixar de considerar que o perfil da graduação em Enfermagem esteve também associado às políticas de saúde vigentes. A evidente expansão desses cursos de graduação em todo o território nacional veio atender aos diversos segmentos que constituem o sistema de saúde pública brasileira, além de contribuir com a formação de profissionais que vieram suprir a demanda do setor privado de saúde. **Contribuição/Implicações para a Enfermagem:** O crescimento dos cursos de Enfermagem, associado ao perfil de uma educação não universitária, se colocou como um desafio a ser discutido pela categoria, e isso nos parece ser uma questão fundamental assumida pela Associação Brasileira de Enfermagem, que vem demonstrando sua preocupação e buscando alternativas para obter um melhor controle dessa expansão. A construção do movimento em defesa da qualidade da formação dos profissionais da Enfermagem vem reivindicando ao MEC agilidade na alteração do Decreto 5.773, de 2006, para que os pedidos de criação de Cursos de Graduação em Enfermagem também sejam encaminhados ao Conselho Nacional de Saúde CNS, itens prioritários aprovados para a “Agenda Política de Entendimentos ABEN-COFEn”, em 2009, aprovados no 12º SENADEn, em 2010, e tema central do 13º SENADEn, de 2012. Além da tentativa de inclusão da Enfermagem no referido Decreto, como forma de contenção da abertura de cursos de graduação no território nacional, podemos destacar também, como ferramenta importante para a avaliação dos cursos já existentes, o Censo, enquanto critério importante no processo de análise da Educação Superior, subsidiando discussões entre os gestores e a esfera governamental, e também entre as representações das categorias profissionais, que podem contribuir no controle social dessa formação. **Referências:** Ministério da Educação (BR). Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Censo da Educação Superior 1996 a 2010**. Brasília: 2012 a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 04/12/2013. BRASIL. Lei n. 9.394/96. Estabelece as diretrizes básicas da educação nacional-LDB. Brasília, Diário

Oficial da União do Brasil, 1996. NEVES, L. M. W. A Reforma da Educação Superior e a Formação de um Novo Intelectual Urbano. In: SIQUEIRA, A. C.; NEVES, L. M. W. (Orgs.) Educação Superior: uma reforma em processo. São Paulo: Xamã, 2006.

Descritores: Expansão dos Cursos de Enfermagem; Educação Superior; Políticas de Educação.

Eixo II: Formação em Enfermagem e o cenário atual do trabalho em saúde nacional e internacionalmente: discrepância entre o desejo da competência profissional e a demanda do mercado de trabalho.